

**PINGA-FOGO**

■ **QUINTO CONSTITUCIONAL** - Logo depois da eleição para a OAB Rio de Janeiro, que ocorre no dia 25 próximo, os advogados mergulham, no próximo dia 3 de dezembro, na escolha das duas listas sêxtuplas que serão enviadas para peneira do Tribunal de Justiça (TJ), para preenchimento das duas vagas de desembargadores destinadas pelo quinto constitucional à advocacia. No TJ, serão formadas duas listas tríplexes. As inscrições foram encerradas e 57 advogados se inscreveram.

■ **Destes nomes sairão as duas listas sêxtuplas que, após serem avaliadas pelo TJ, formarão as duas listas tríplexes a serem encaminhadas para as escolhas do governador Cláudio Castro. Caberá a ele escolher os dois novos desembargadores. São os seguintes os inscritos:**

- 1. Henrique José Vieira Maia
- 2. Luis Alberto Mendonça Meato
- 3. Leonardo Ribeiro Pessoa
- 4. Hugo Filardi Pereira
- 5. Victor Hugo Gonçalves Pereira
- 6. Paulo Cesar Carneiro Alves Filho
- 7. Fábio de Oliveira Azevedo
- 8. Petrúcio Malafaia Vicente
- 9. Fátima Cristina Menezes Pires
- 10. Fernando Marques de Campos Cabral Filho
- 11. Diogo Mentor de Mattos Rocha
- 12. Mauro Castro Anatocles da Silva Ferreira
- 13. Alexandre de Carvalho Ayres
- 14. Mariana Ribeiro Siqueira
- 15. Marco Antonio Condeixa da Costa
- 16. Luiz Tubenchlak Filho
- 17. Rafael Fagundes Pinto
- 18. Nilson Bruno Filho
- 19. Guilherme Carlos Machado Chagas
- 20. Alicia Caroline Damasceno Monteiro (1 Lista)
- 21. Leonardo Oliveira Silveira Santos Martins
- 22. João Alberto de Sá Barbosa
- 23. Alessandra Balestieri
- 24. Danielle Machado Aguiar de Vasconcelos Sá
- 25. Carlos Alberto Menezes Direito Filho
- 26. Paulo Márcio Ennes Klein
- 27. Rogério da Costa Gomes
- 28. Gustavo Rebello Horta
- 29. Fernanda Pontes Pimentel
- 30. Antonio Carlos da Conceição Santos
- 31. Rafael Viola
- 32. Ruyz Athayde Alcantara de Carvalho Filho
- 33. Marcelo Carvalhaes Roson



Fotos Cláudio Magnavita



Monica Abravanel, diretora do SBT Rio e Marcelo Paiva, diretor de jornalismo da emissora



Ana Tereza Basílio ladeada pelo deputado estadual Fábio Santos (e), da Rádio Melodia, e André Dias, diretor da Rede Globo



A homenageada Ana Tereza Basílio, com o atual presidente da OAB, Luciano Bandeira e os advogados Fabio Nogueira (e) e Daniel Homem de Carvalho (d)



Michelle Novais, diretora do Cartório do 15º Ofício, com o advogado Bruno Calfat (e) e Josa Nascimento Brito (d)



Os diretores da JB FM Daruiz Paranhos e Marcos Almeida



Ana Tereza Basílio com Cláudio Magnavita (d), Michele Novais, Josa Nascimento Brito e Mônica Abravanel

- 34. Thiago Ferreira Cardoso Neves
- 35. Juliana da Cunha Foch-Arigony
- 36. Patricia Felix Tassara
- 37. Fagner Vinicius de Oliveira (1 Lista)
- 38. Julio Sergio da Silva Braga
- 39. Eunice Ferreira Henriques de Aquino
- 40. Manoel Ronaldo de Azevedo
- 41. Amaury Soares Marques Junior (1 Lista)
- 42. Alfeu Ferraz Lobato
- 43. Fabricio Mercandelli Ramos de Almeida
- 44. Dalvo Pessoa de Oliveira Miranda
- 45. José Marco Tayah
- 46. Viviani Mara Moreira da Costa (1 Lista)
- 47. André Andrade Viz
- 48. Veronica Lagassi
- 49. Magno Alves de Assunção
- 50. Rosa Maria de Souza Magalhães
- 51. Leonardo José do Patrocínio Aragão dos Santos Lau (1 Lista)
- 52. Elisabeth Baraúna da Conceição Pimentel
- 53. Danielle Almeida Cabral Tadeu de Soares Briggs Peçanha

- 54. Judson Redine de Avellar
  - 55. Carlos Eduardo Cunha Martins Silva
  - 56. Gloria Heloiza Lima da Silva
  - 57. Sayonara Gomes Bastos
- **Alguns deles se inscreveram para apenas uma lista e, entre os nomes, alguns veteranos que já participaram da lista sêxtupla anterior. A votação será no próximo dia 3 de dezembro.**
- **EM BUSCA DE CARGO** - Não serão só os prefeitos que deixam o cargo que poderão ser abrigados no Governo Estadual. Na Prefeitura do Rio também tem uma lista de nomes que querem trabalhar no executivo municipal. De olho no Guanabara em 2026, o prefeito Eduardo Paes dará uma atenção especial a estes pleiteiros de correligionários. É só ficar de olho. O município do Rio pode ganhar em 2025 vários ocupantes de cargo de comissão com residência em outras cidades.
- **VICE E VEREADORES** - Na busca de novas ocupações no serviço público estão também alguns vice-prefeitos do interior que deixam seus mandatos em janeiro. Alguns estão sendo cotados para ocupar diretorias de empresas públicas do estado. A procura de cargos atinge também vereadores que não foram eleitos.

■ **TURISMO REGIONAL** - Os encontros de motociclistas são os maiores indutores do turismo regional. Mas alguns prefeitos ainda não se deram conta da importância do segmento. O Encontro de Motociclistas de Porto Real, previsto para 6, 7 e 8 de dezembro, foi cancelado porque a Prefeitura não deu apoio para a realização do evento. Em Paraty, o Moto Fest vai acontecer no último fim de semana de novembro porque os próprios motociclistas e comerciantes se cotizaram para pagar as despesas do encontro. Os grandes eventos de Cabo Frio e de Petrópolis sucumbiram por falta de apoio dos administradores municipais, diferente do que acontece nos municípios mineiros.

■ **COM QUE FINALIDADE?** - A Câmara Municipal de Belford Roxo deu início nesta terça-feira (5) ao processo de impeachment contra o prefeito Wagner dos Santos Carneiro, o Waguinho (Republicanos), faltando apenas dois meses para o fim do seu mandato. O empenho dos vereadores deveria ser para acalmar os ânimos na cidade, e não atirar mais gasolina no fogaréu. Todos, sem exceção, deveriam estar focados de maneira irrestrita no processo de transição para o novo governo. Parece que o objetivo é puramente para que Waguinho saia desmoralizado da administração e tenha os direitos políticos suspensos (caso o afastamento seja cancelado). A concentração de esforços do

parlamento municipal para abrir um processo de impeachment nesta altura do campeonato, já no final do governo, sinaliza claramente que o interesse da população não está em jogo. Se estivesse, o empenho seria na direção contrária. Lembrando também, que esta iniciativa pode fechar as portas da cidade com o Governo Federal, já que Waguinho e sua esposa Daniela Carneiro são aliados de primeira hora do presidente Lula. Se o impeachment for concretizado o ainda prefeito pode ficar ilegível. Uma punição que evita virada de página.

■ **MEDALHA MÉRITO IMPERIAL** - O deputado estadual Bruno Boaretto (PL) foi condecorado com a Medalha Mérito Imperial Dom Pedro II. A cerimônia aconteceu nesta segunda-feira (4), no Museu Imperial, em Petrópolis. Participaram o secretário de Estado da PMERJ, Coronel Menezes, e o comandante do 26º BPM de Petrópolis, Coronel Guimarães, além de civis e oficiais que, de alguma forma, contribuíram para a Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. "Fico muito feliz em poder estar como deputado estadual lutando e trabalhando cada dia mais por dias melhores do nosso povo e das nossas instituições de bem", declarou Boaretto.

■ **TORCIDA FRATERNA** - A família Bolsonaro acompanhando, em clima de euforia, a apuração dos primeiros resultados da eleição americana. Já teve assessor procurando passagem para a ida à posse do amigo Donald Trump.

## Fernando Molica

### A Justiça precisa catar as penas jogadas por Tarcísio no ar

Ao relativizar as chances de condenação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por abuso de poder político, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral-SP, Silmar Fernandes, ignorou decisões recentes do Tribunal Superior Eleitoral.

À Folha de S.Paulo, o desembargador falou sobre a entrevista em que Tarcísio citou a existência de mensagens do PCC que indicariam voto em Guilherme Boulos (Psol), adversário de seu aliado Ricardo Nunes (MDB) na disputa eleitoral. Fernandes afirmou não saber se o fato teve "influência no pleito".

Em seu voto vitorioso no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por abuso de poder político, o ministro Benedito Gonçalves, do TSE, deixou cla-

ro que a lei que trata do tema explicita que "o resultado do pleito não é, por si, o fator determinante para a condenação por abuso de poder".

A lei diz que "para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam".

Não importa se determinada ação caracterizada como abuso de poder tenha influenciado no resultado eleitoral: Bolsonaro perdeu a eleição em 2022, mas foi condenado à inelegibilidade de mesmo assim.

O ex-presidente era acusado por ter promovido o ato com embaixadores estrangeiros para criticar a urna eletrônica e a cerimônia foi transmitida pela TV Brasil. O TSE considerou que os fatos afetaram a normalidade e a legiti-

midade do pleito. Pelas mesmas razões, Bolsonaro voltaria a ser condenado por comemorações do 7 de Setembro.

Gonçalves citou uma outra condenação, a do então deputado bolsonarista Fernando Francischini (PR) que, às 16h38, do dia da eleição de 2018, fez uma live em que divulgou notícias falsas sobre a urna eletrônica.

A transmissão feita por Francischini ocorreu 22 minutos antes do fechamento das urnas — a entrevista de Tarcísio foi no início da tarde do domingo, dia 27, quando houve o segundo turno.

A lei prevê punições para os que abusem do "exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" — para o Psol, este é o caso do governador de São Paulo.

Como publicou, no dia 28, a coluna Correio Bastidores, o abuso — se reconhecido pela Justiça — tem o poder de gerar a declaração de inelegibilidade de Tarcísio e também de impedir o exercício do novo mandato de Nunes. Isso, apesar de o prefeito não ter feito, no dia da eleição, qualquer relação entre Boulos e o PCC.

Isso porque a lei prevê a cassação do registro ou diploma "do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação". Como me disse um procurador do Ministério Público Federal, com larga experiência na Justiça Eleitoral, não cabe discutir a veracidade do fato relatado pelo governador, mas se este foi capaz de gerar turbulência no dia da eleição.

Na entrevista, o desembargador frisou que a notícia do suposto apoio do PCC já havia sido divulgada por sites de notícias antes da fala do governador. Comparou a difusão da história à impossibilidade de se recolher penas de travesseiro jogadas do alto de um prédio.

Cabe à investigação apurar e analisar os fatos — resguardado o sigilo constitucional da fonte das reportagens. O caso citado por Tarcísio na entrevista vinha de uma investigação sigilosa da polícia que ele chefiava.

Ele atribuiu a suposta informação a "ação de inteligência": com seu gesto, jogou uma quantidade imensa de penas no ar. Agora, a Justiça tem obrigação de catá-las, até para evitar que travesseiros voltem a ser rasgados em eleições.